



Universidade de Brasília
Faculdade de Educação Física

TAYRON GABRIEL PEREIRA DA SILVA

Transexualidade na Escola: estudo bibliográfico de 2010 a 2019

Brasília
2022

TAYRON GABRIEL PEREIRA DA SILVA

Transexualidade na Escola: estudo bibliográfico de 2010 a 2019

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Licenciatura em Educação Física pela Universidade de Brasília.

Orientadora: Dulce Maria Filgueira de Almeida

Brasília

2022

TAYRON GABRIEL PEREIRA DA SILVA

Transexualidade na Escola: estudo bibliográfico de 2010 a 2019

Monografia defendida e aprovada em 03 de maio de 2022, perante a banca
examinadora composta pelos/as Professores/as

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Dulce Filgueira de Almeida – Orientadora

Profa. Ms. Jessica de Moura Pereira
Titular

Prof. Dr. Thiago Camargo
Suplente

Dedicatória

Dedico este trabalho à minha mãe, Maria Célia, que sempre esteve ao meu lado e me apoiou em todos os momentos em minha vida. À minha família, em especial a minhas tias que foram fundamentais para o meu desenvolvimento como pessoa e por todo apoio e suporte.

Agradecimentos

Agradeço à Universidade de Brasília, em especial a Faculdade de Educação Física, que através de seu corpo docente, estrutura e apoio, foram fundamentais para a minha formação.

Agradeço ao Núcleo de Estudos do Corpo e Natureza (NECON) da UnB, além de seu subgrupo de Gênero, que foram incansavelmente muito solícitos e me ajudaram sempre que precisei.

A minha querida professora Dr^a Dulce Filgueira de Almeida que confiou em mim e aceitou o desafio da construção deste trabalho.

A minha mãe e madrinha, Maria e Brígida que incessantemente acreditaram que a educação é libertadora, me incentivando desde pequeno a estudar.

Aos meus amigos, em especial Akyhana, Rebeca e Caio que amiudadamente torceram pelo meu melhor e por estarem a todo momento ao meu lado.

O meu muito obrigado a todos que colaboraram direta e indiretamente para a realização desta etapa em minha vida!

Existe uma maneira de categorizar os corpos? O que as categorias nos dizem? As categorias nos dizem mais sobre a necessidade de categorizar os corpos do que sobre os próprios corpos.

Judith Butler

SUMÁRIO

Resumo	9
Abstract	10
Introdução	11
CAPÍTULO I	14
Aspectos metodológicos da pesquisa	14
Amostra	15
CAPÍTULO II	17
A produção científica sobre transexualidade na escola: um recorte bibliográfico	17
(a) perfil acadêmico da produção científica	18
(b) indicativo da quantidade de produção por ano	18
(c) principais descritores utilizados pelos/as pesquisadores/as	19
(d) distribuição geoespacial da produção científica	21
(e) os gêneros das autorias dos artigos	23
(f) principais obras citadas como referência bibliográfica	25
CAPÍTULO III	27
Transexualidade e escola, direitos e narrativas	27
Categoria (1) Construção social e histórico da transexualidade	27
Categoria (2) Questões de direitos e deveres do ser trans: o corpo político	29
Categoria (3) Narrativas de estudantes (trans) e professores relacionados à transexualidade	31
Considerações Finais	34
Referências Bibliográficas	35

LISTA DE TABELAS

Quadro 01: Artigos publicados entre 2010 e 2019.

Quadro 02: Palavras-chaves dos artigos publicados.

LISTA DE FIGURAS

Gráfico 01: descritores utilizados para pesquisa bibliográfica.

Gráfico 02: Indicativo da quantidade de produção por ano.

Gráfico 03: Gêneros dos autores dos artigos.

Gráfico 04: Principais autores citados nos artigos.

Figura 01: organograma de sistematização da busca de artigos científicos pelo portal de periódicos da CAPES.

Figura 02: concentração dos artigos de acordo com os estados do Brasil em que foram publicados.

Resumo

A transexualidade é vista por muitos como um problema ou algo que foge da óptica do que é caracterizado como normal e aceitável, levando essas pessoas a situações e embates de vida que muitas vezes as trazem problemas irreparáveis. O presente trabalho teve como objetivo analisar a produção científica brasileira acerca do corpo transsexual em ambiente escolar no Brasil, considerando o período de 2010 a 2019, assimilando com questões de preconceitos e lgbtfobia. Os dados foram coletados através de uma pesquisa bibliográfica pelo Portal de Periódicos da CAPES, com auxílio dos descritores: “transexualidade, escola, educação”. Em seguida, foram realizadas análises do perfil acadêmico da produção científica e análises de conteúdo. Os resultados através da análise do perfil acadêmico evidenciaram que a produção científica acerca do tema é em sua maioria produzida por instituições públicas de ensino (universidades, institutos federais, etc) e localizadas em boa parte na região sul/sudeste, além também de serem em sua maioria produzidas por mulheres cis/trans. Já através da análise de conteúdo foi considerado que muitas vezes as escolas não estão preparadas para receberem pessoas transexuais/transgêneros, já que não se discute temas relacionados a sexualidade no interior da escola.

Palavras-chaves: transexualidade, escola, estudo bibliográfico.

Abstract

Transsexuality is seen by many as a problem or something that escapes the optics of what is characterized as normal and acceptable, leading these people to situations and life struggles that often bring them irreparable problems. The present work aimed to analyze the Brazilian scientific production about the transsexual body in a school environment in Brazil, considering the period from 2010 to 2019, assimilating with issues of prejudice and lgbtphobia. The data were collected through a bibliographical research by the Portal of Periodicals of CAPES, with the help of the descriptors: "transsexuality, school, education". Then, analyzes of the academic profile of scientific production and content analysis were carried out. The results through the analysis of the academic profile showed that the scientific production on the subject is mostly produced by public educational institutions (universities, federal institutes, etc.) mostly produced by cis/trans women. Already through content analysis, it was considered that schools are often not prepared to receive transsexuals/transgender people, since topics related to sexuality are not discussed with prowess within the school.

Key Words: transsexuality, school, bibliographic study.

Introdução

A escola é inquestionavelmente uma importante instituição social, possibilitando a construção de vivências de sociabilidades e redefinição, por vezes, dos valores sociais. Novamente, como uma instituição plural, nela são preparadas e reproduzidas falas, modos de viver, processos de subjetivação, normas sociais com força hegemônica (ROCON, 2018). Porém, tamanha magnificência muitas vezes não é sinônimo de que a escola seja um local inclusivo, onde todos tenham as mesmas oportunidades e sejam tratados de forma equânime em termos de direitos e deveres.

Fato é que, concordando-se com Butler (2006), as instituições de ensino, em especial escolas, reproduzem um sistema heterocisnormativo e transfóbico, descumprindo, desse modo, seu papel constitucional de asseverar a pluralidade do ensino, da acessibilidade para todos, todas e todes e da construção da cidadania, visando uma sociedade democrática. Parafraseando Butler (2006, p. 17), diferente disso, é na escola onde nós presenciamos a disseminação de preconceitos sociais.

De outro lado, também é preciso considerar que a escola reproduz os valores sociais da sociedade em que está inserida, conquanto não podemos deixar de vislumbrar que o papel da escola é de um agente de transformação social, como já advogavam Paulo Freire (1999) e Anísio Teixeira (1957), dois intelectuais responsáveis pela inserção da educação como potencial transformador do mundo.

Conquanto, a escola do século XXI ainda está presa a perspectivas e paradigmas de séculos passados, sobretudo quando o assunto é o reconhecimento de identidades de gêneros neste contexto social. Isso porque a escola continua adotando a perspectivação binária, determinada biologicamente. Tem-se assim que a sexualidade se impõe em modelos de existência corporal (homem e mulher), apresentando apenas duas opções nas quais os sujeitos devem se conformar, sendo elas o masculino e feminino. Enquanto a heterossexualidade ou heteronormatividade é apresentada como única sexualidade possível. Assim, não estar de acordo com as normas significa perder a representação nos quadros de legitimidade e de importância no/do espaço social (BUTLER, 2003), nomeadamente, na escola.

De acordo com dados do dossiê da Associação Nacional de Travestis e Transsexuais (ANTRA) de 2021 e em concordância com o projeto Transrespect

Versus Transphobia - Trans Murder Monitoring (TVT-TMM), em seus estudos demonstram que situações de violência vividas por pessoas trans são cada vez mais comuns no Brasil e no mundo. O Brasil é líder em assassinatos por trans pelos 13 últimos anos consecutivos. Só no ano de 2021, pelo menos 140 pessoas trans foram assassinadas no Brasil, detendo 33% dos registros mundiais.

Para Bento (2008), nascemos e somos apresentados a uma única possibilidade de construirmos sentidos identitários para nossas sexualidades e gêneros. Butler fala que gênero se produz por meio de um processo performático, ou seja, pela repetição constante. O gênero é visto como uma imitação persistente. A matriz heterossexual se dá por uma linearidade de sequência corpo-sexo-gênero-desejo-prática sexual, ou seja, como se a heterossexualidade fosse uma sequência vista como “lógica” e a homossexualidade e transexualidade é vista como algo periférico, que se distancia do “correto”.

A transexualidade é um desdobramento inevitável de uma ordem de gênero que estabelece a inteligibilidade dos gêneros no corpo (Bento, 2008). Nos anos 1950 surgiram os primeiros estudos referentes à transexualidade, e na década de 1980, houve a inclusão da transexualidade no CID (Código Internacional de Doenças), sendo isso um fator lamentável para a definição desta condição como doença mental.

O “transexualismo” é definido como “transtornos da identidade sexual (F64.0)”. Além do “transexualismo”, há o “travestismo bivalente (F64.1), o transtorno de identidade sexual na infância (F64.2), outros transtornos da identidade sexual (F64.8) [...] A patologização da sexualidade continua operando com grande força, não como “perversões sexuais” ou “homossexualismo”, mas como “transtornos de gênero”. (Bento, 2012, p. 572).

Sendo possível aferir que há uma necessidade, por meio da medicina, de inferiorizar corpos trans, com objetivo de agregar a eles denominações de cunho pejorativo, como se essas pessoas não possuíssem controle do próprio corpo.

Conquanto, ao contrário dos preceitos médicos determinados biologicamente, a literatura científica corrente advoga que a transexualidade é uma experiência identitária, que está relacionada à capacidade de os sujeitos construir novos sentidos para os gêneros no geral, mas não deixando de lado todo o seu fator emocional, em que as pessoas transexuais geralmente carregam em si, como a dor e a angústia que marcam as subjetividades daqueles/as que sentem e desejam viver

experiências que lhes são interdidas por não terem comportamentos considerados apropriados para seus sexos. (Bento, 2008).

Consoante o acima exposto, o presente trabalho, inscrito em um conjunto de pesquisas desenvolvidas pela linha de pesquisa “Corpo, Natureza e Gênero” do Núcleo de Estudos do Corpo e Natureza / Necon, da Faculdade de Educação Física da Universidade de Brasília. Tem como objetivo analisar a produção científica brasileira acerca do corpo transsexual em ambiente escolar, considerando o período de 2010 a 2019, assimilando com questões de preconceitos e lgbtfobia.

Vale destacar que neste trabalho planeja-se abordar a temática da transexualidade, sem a intenção de ignorar as diferentes formas de exercício do gênero. Com base no que foi descrito, pretendeu-se especificamente: (a) identificar artigos científicos relacionados à transexualidade no âmbito escolar, através do portal de periódicos da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), considerando o período de 2010-2019. (b) objetivo identificar a produção científica brasileira sobre transexualidade no âmbito escolar, considerando o período de 2010-2019. Ademais, pretendemos escrutinar, a fim de reconhecer o que foi desenvolvido cientificamente no período descrito, tendo como aspectos centrais os seguintes: 1. Os/as autores/as; 2. Os descritores/ palavras chaves; 3. Os temas tratados; 4. As universidades ou centros de pesquisa aos quais pertencem os/as autores/as; 5. Cidade e Estado onde o artigo foi produzido; 6. Os gêneros dos/as autores/as, 7. Os referenciais teóricos no qual os/as autores/as se pautam para a construção de suas análises. E, por fim, (c) verificar, à luz da análise de conteúdo, as principais categorias analíticas apontadas nos estudos identificados, que compõem a amostra da pesquisa.

CAPÍTULO I

Aspectos metodológicos da pesquisa

O presente capítulo tem por intenção expor a metodologia da pesquisa apresentada para esta investigação, retratando aspectos centrais da escolha metodológica, considerando se tratar de uma pesquisa teórica, realizada em nível de graduação, acerca da inserção da produção científica sobre transexualidade e escola.

Este estudo é caracterizado como uma pesquisa teórica do tipo pesquisa bibliográfica, realizada com base numa abordagem qualitativa. O lócus da investigação foi o Portal de Periódico da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), cuja escolha se deveu pelo índice de confiança dos materiais dispostos naquele portal, que recebem uma classificação de cada área científica a cada quatro anos.

Para a realização dessa consulta junto ao Portal de Periódicos da Capes, foram seguidas algumas etapas, a saber:

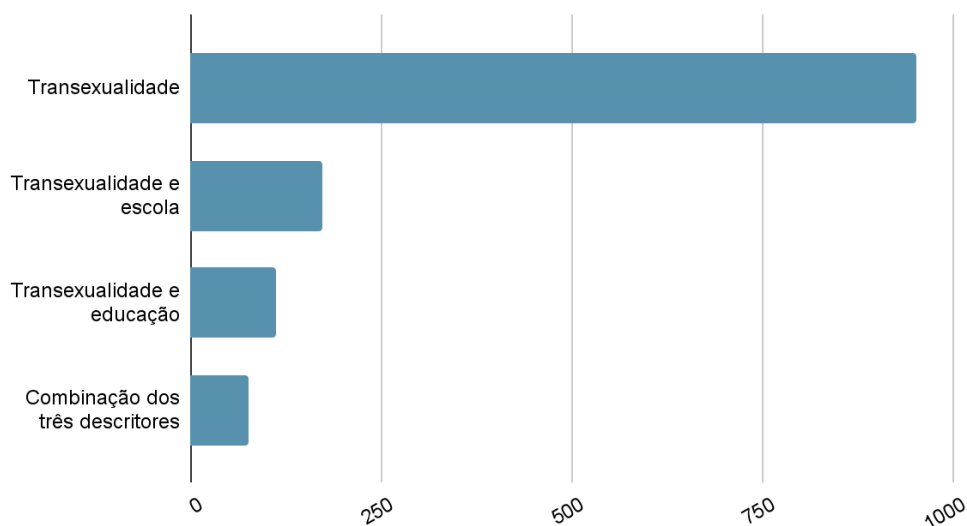
1. garimpagem de publicações através do portal de periódicos da CAPES com auxílio de palavras-chave, que são os descritores utilizados na busca: “transexualidade, escola, educação”.
2. A definição do período de 2010 a 2019, considerando a produção mais atual sobre assunto.
3. O fato de a publicação (artigo) estar diretamente relacionada ao escopo da pesquisa, o que se deu após a leitura do título, palavras-chave, resumo. Neste caso, os artigos que fugiam à temática que foi inicialmente proposta foram excluídos.

Logo após, todos os artigos foram lidos na íntegra, foi realizada uma síntese de cada um deles, sendo realizada interpretação do que foi publicado para que no fim houvesse a produção final do artigo. Foi usado o programa de planilhas do Excel para confecção de gráficos referente aos resultados obtidos.

Amostra

A pesquisa disponibilizou um total de 77 artigos com as palavras específicas “transexualidade, escola, educação”, no período entre 2010 e 2019, sendo que pesquisados de forma separadamente, 951 foram associados à palavra “transexualidade”, 173 para “transexualidade; escola” e 112 para “transexualidade; educação”.

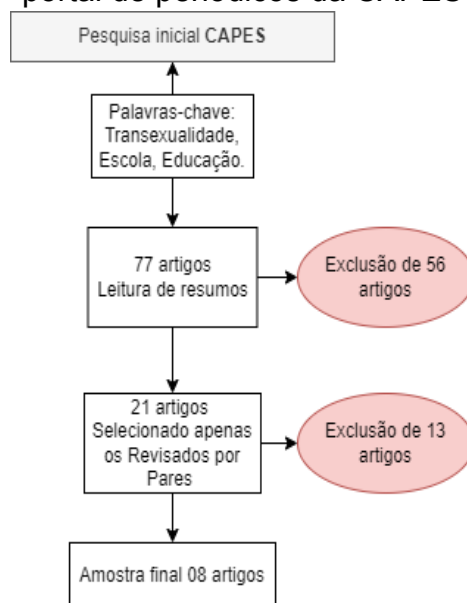
Gráfico 01. Descritores utilizados para pesquisa bibliográfica



Fonte própria (2022).

Em função da grande quantidade de artigos identificados, considerando tempo e a limitação em termos de números de páginas deste trabalho, redefinimos esses descritores, aglomerando os três descritores: transexualidade, escola, educação, obtendo-se o total de 77 artigos, o que nos pareceu possível de ser analisado. No entanto, após a leitura dos títulos, resumos, a localização geográfica do campo da pesquisa (Brasil) e identificação do objeto da temática do artigo, verificamos que a maior parte (56 artigos) destes não atendiam ao propósito da pesquisa, resultando em 21 artigos. Após a identificação destes 21 artigos, verificamos que apenas 8 deles haviam sido revisados por pares, compondo-se assim a amostra final deste estudo, conforme fluxograma abaixo:

Figura 01. Organograma de sistematização da busca de artigos científicos pelo portal de periódicos da CAPES



Fonte própria (2022).

Com base nesse conjunto de informações, passamos para a análise e discussão dos resultados encontrados, considerando a exploração à exaustão do total de 8 artigos, que compuseram a nossa amostragem final.

CAPÍTULO II

A produção científica sobre transexualidade na escola: um recorte bibliográfico

Este capítulo tem por objetivo identificar a produção científica brasileira sobre transexualidade no âmbito escolar, considerando o período de 2010-2019. Ademais, pretendemos escrutinar, a fim de reconhecer o que foi desenvolvido cientificamente no período descrito, tendo como aspectos centrais os seguintes: 1. Os/as autores/as; 2. Os descritores/ palavras chaves; 3. Os temas tratados; 4. As universidades ou centros de pesquisa aos quais pertencem os/as autores/as; 5. Cidade e Estado onde o artigo foi produzido; 6. Os gêneros dos/as autores/as, 7. Os referenciais teóricos no qual os/as autores/as se pautam para a construção de suas análises.

A produção científica brasileira sobre transexualidade na escola é parte do contexto da produção científica da área das ciências humanas e sociais, particularmente da educação e da educação física. Como a produção do conhecimento das demais áreas, esta área é avaliada e classificada a cada quatro anos pelo Portal de Periódicos da Capes, como dito anteriormente. Essa avaliação e classificação permite aos/as pesquisadores/as a utilização do portal como lócus da consulta de forma confiável, ao tempo em que contempla as distintas áreas do conhecimento científico, passando das ciências duras até as ciências humanas e sociais, como é o caso das pesquisas relacionadas ao campo escolar, notadamente, ao da educação física e/ou educação.

A seguir exporemos os resultados alcançados em nossa investigação, que está sistematizada conforme os seguintes aspectos: (a) perfil acadêmico da produção científica; (b) indicativo da quantidade de produção por ano; (c) principais descritores utilizados pelos/as pesquisadores/as; (d) distribuição geoespacial da produção científica; (e) os gêneros das autorias dos artigos; (f) principais obras citadas como referência bibliográfica.

(a) perfil acadêmico da produção científica

No tocante ao perfil acadêmico da produção científica sobre transexualidade na escola, temos o seguinte quadro:

Quadro 01. Artigos publicados entre 2010 e 2019

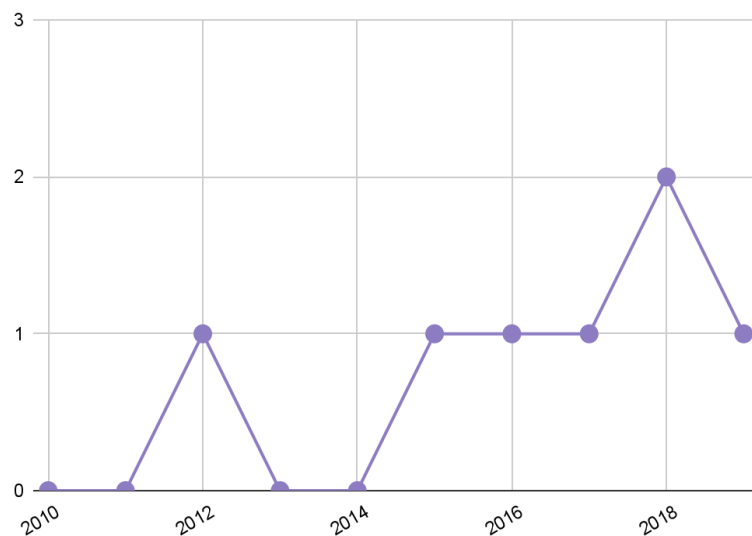
Título	Autoria	Periódico	Ano
A Experiência Transexual: Estigma, Estereótipo e Desqualificação Social no Intramuros da Escola.	Denise da Silva Braga	Periferia	2012
A biopolítica educacional e o governo de corpos transexuais e travestis	Dayana Brunetto Carlin dos Santos	Cadernos de Pesquisa	2015
A Transexualidade E O Direito Fundamental À Educação: Uma Análise Sobre A Responsabilidade Civil Das Instituições Privadas De Ensino	Cristina Pazó	Revista de Direito Brasileira	2015
Os trans são vistos na escola?	Naomi Neri Santana	Revista Ártemis	2016
Transexualidade E Educação Física: Uma Revisão Sistemática Em Periódicos Das Ciências Da Saúde	Jéssica Leite Serrano	Movimento	2017
Escola e diversidade sexual: narrativa sobre identidade de gênero	José Miranda Oliveira Júnior	Linhas Críticas	2018
Pessoas trans vão à escola: o desafio de habitar um espaço disciplinar	Pablo Cardozo Rocon	Journal Systems	2018
Transexualidade no Ensino Médio: desafios e possibilidades.	Gláucia do Carmo Xavier	Journal Systems	2019

Fonte própria (2021).

(b) indicativo da quantidade de produção por ano

Em relação ao quantitativo de publicações referentes ao que foi denominado, temos o seguinte quadro:

Gráfico 02. Indicativo da quantidade de produção por ano



Fonte própria (2022).

É possível aferir através do quadro e da figura acima um avanço no número de publicações de artigos relacionados ao tema entre 2014 e 2017, com um refluxo considerável na produção em 2019. O incremento da produção de 2014 a 2017 pode ter acontecido pelo avanço do debate de gênero e sexualidade em espaços no geral nos últimos anos, através do desenvolvimento de políticas públicas em apoio ao público LGBTQIAA+, inclusive pela portaria Portaria N° 2.803, de 19 de novembro de 2013 que Redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS), dando espaço à ciência e pesquisa nessa área.

De outro lado, no ano de 2019, diferente dos anos anteriores, é possível observar uma queda na quantidade de publicações referente aos Estudos de gênero, o que segundo Pereira (2021), pode ter se dado possivelmente por um efeito sintomático da ascensão de discursos radicais contra esses estudos, o que se dá com a ascensão ao poder de um governo autoritário e que invisibiliza as demandas da população LGBTQIAA+, dentre outras minorias.

(c) principais descritores utilizados pelos/as pesquisadores/as

No tocante ao uso de descritores da produção científica sobre transexualidade na escola, temos o seguinte quadro:

Quadro 02. Principais descritores utilizados pelos/as pesquisadores/as

Título	Palavras-chave
A Experiência Transexual: Estigma, Estereótipo e Desqualificação Social no Intramuros da Escola.	Sexualidade, transexualidade, experiência escolar.
A biopolítica educacional e o governo de corpos transexuais e travestis	Transexualidade, escolas, Estado, Biopolítica
A Transexualidade E O Direito Fundamental À Educação: Uma Análise Sobre A Responsabilidade Civil Das Instituições Privadas De Ensino	Transexualidade, escolas, Estado, Biopolítica
Os trans são vistos na escola?	Direito à Educação. Transexualidade. Responsabilidade Civil
Transexualidade E Educação Física: Uma Revisão Sistemática Em Periódicos Das Ciências Da Saúde	Transexualismo. Revisão. Ciências da Saúde. Educação Física
Escola e diversidade sexual: narrativa sobre identidade de gênero	Transexualidade. Escola. Educação. Professoras/es.
Pessoas trans vão à escola: o desafio de habitar um espaço disciplinar	Pessoas Trans. Gênero. Sexualidade. Educação. Disciplina.
Transexualidade no Ensino Médio: desafios e possibilidades.	Transexualidade. Ensino Médio. Desafios

Fonte própria (2021).

Ao observar as palavras-chave dos artigos selecionados, é possível aferir uma predominância em palavras como Transexualidade, aparecendo em seis dos oito artigos, porém no artigo: Transexualidade E Educação Física: Uma Revisão Sistemática Em Periódicos Das Ciências Da Saúde, ao invés do uso da palavra-chave “transexualidade”, houve um provável equívoco, sendo utilizado ao invés dessa, a palavra “transexualismo”.

Segundo Simpson (2015), a origem do termo transexualidade se deu através do movimento social organizado a fim de demonstrar para a população que a transexualidade é uma questão de identidade e de modo de viver. No ponto de vista médico, a transexualidade ainda é vista como algo relacionada a doença, o termo

pejorativo transexualismo, ainda é utilizado em diversos locais, até mesmo em ambulatórios trans, remetendo a uma pessoa portadora de patologia.

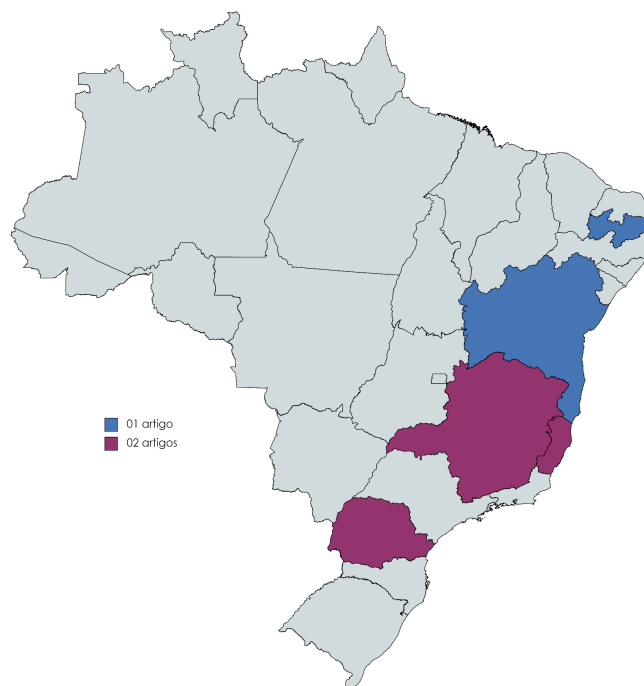
Travestis e transexuais são vistas pela medicina como seres portadores de patologia e de uma Classificação Internacional de Doenças (CID) que os identifica. Por isso, são sempre tratadas por códigos de doenças. Nesse sentido, são utilizados os termos “travestismo” e “transexualismo”. (Simpson, 2015, p. 11).

Porém pelo uso do sufixo “ismo” relacionado diretamente a doença, esse termo deveria ser 100% excluído da sociedade, já que está mais que comprovado que a pessoa transexual não é uma pessoa doente.

(d) distribuição geoespacial da produção científica

Na relação da distribuição geoespacial dos artigos estudados, temos o seguinte mapa:

Figura 02. Distribuição geoespacial da produção no Brasil



Fonte própria (2022).

Conforme se percebe da ilustração acima, há predominância de publicações na região Sul e Sudeste do Brasil, detendo 75% das produções, concentrando-se principalmente nos estados do Paraná, Minas Gerais e Espírito Santo (2 publicações em cada estado). Esse dado converge com pesquisa realizada por Pereira et al. (2021), acerca da produção científica sobre gênero no Brasil. Nele, as autoras afirmam haver a mesma concentração geoespacial, alegando o quanto é desigual a configuração espacial da atividade científica.

Na região sul, são encontrados os artigos: A biopolítica educacional e o governo de corpos transexuais e travestis, publicado no ano de 2015 na cidade de Curitiba, pela Universidade Federal do Paraná e As/os trans são vistas/os na escola? publicado no ano de 2016 em Maringá pela Universidade Estadual de Maringá.

Na região sudeste, foram publicados nesse período quatro artigos, sendo dois deles em Minas Gerais e dois no Espírito Santo, no qual temos: A Experiência Transexual: Estigma, Estereótipo e desqualificação Social no Intramuros da Escola, produzido no ano de 2012 na cidade de Belo Horizonte, pelo Centro Universitário de Belo Horizonte e sendo esse o artigo mais antigo encontrado. Também em Minas Gerais, temos: Transexualidade no Ensino Médio desafios e possibilidades, publicado no ano de 2019, na cidade de Ribeirão das Neves pelo Instituto Federal de Minas Gerais, sendo esse o artigo mais recente publicado em relação ao tema proposto no período de 2010 a 2019. No Espírito Santo, foram publicados os artigos: A Transexualidade E O Direito Fundamental À Educação: Uma Análise Sobre A Responsabilidade Civil Das Instituições Privadas De Ensino, do ano de 2016, em Vitória, pela Faculdade de Direito de Vitória e Pessoas trans vão à escola: o desafio de habitar um espaço disciplinar, do ano de 2018, também em Vitória, pela Universidade Federal do Espírito Santo. Embora ambos tenham sido produzidos em datas próximas e na mesma cidade, não há nenhum tipo de ligação entre eles, seja por faculdade, orientadores, revista publicada ou tema específico.

Logo atrás, encontra-se a região nordeste, com apenas duas produções, uma no estado da Bahia e outra publicação no estado da Paraíba. Nesses estados, foram publicados os artigos de título: Escola e diversidade sexual: narrativa sobre identidade de gênero, publicado no ano de 2018 na cidade de Vitória da Conquista,

pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia e Transexualidade e Educação Física: Uma Revisão Sistemática em Periódicos da Saúde, publicado no ano de 2017, em João Pessoa, através da Universidade Federal da Paraíba.

É possível inferir através desses dados, além da predominância de artigos na região Sul e Sudeste, o fato de que entre 2010 e 2019, somente em 2017 ocorreu a primeira publicação de artigo relacionado a transexualidade e escola na região.

Em relação às Instituições de Ensino onde foram criados os artigos, é imprescindível destacar que das oito publicações, sete foram oriundas de universidades/faculdades/institutos federais (Universidade Federal do Paraná, Universidade Estadual de Maringá, Instituto Federal de Minas Gerais, Faculdade de Direito de Vitória, Universidade Federal do Espírito Santo, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia e Universidade Federal da Paraíba), restando somente uma resultante de universidade particular (Centro Universitário de Belo Horizonte).

Universidades têm capacidades produtivas extremamente altas. Segundo Moura (2019), com dados fornecidos pela Clarivate Analytics a pedido da CAPES demonstra a incrível capacidade que as universidades públicas possuem em relação à produção científica no Brasil, detendo 95% dessas publicações.

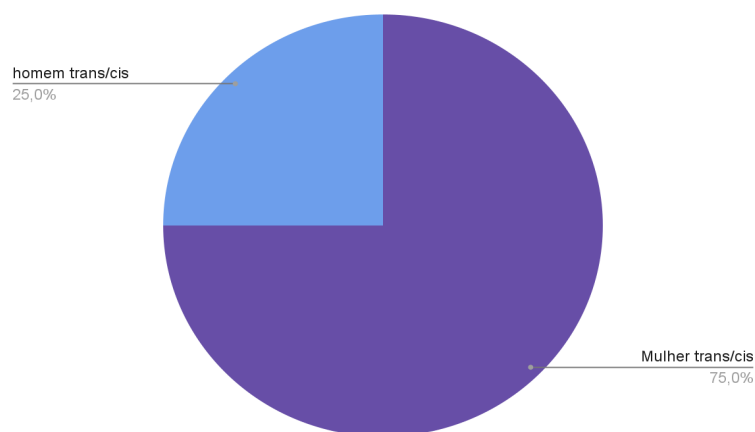
“[...] de acordo com recente publicação feita por Clarivate Analytics a pedido da CAPES, o Brasil, no período de 2011-2016, publicou mais de 250.000 artigos na base de dados Web of Science em todas as áreas do conhecimento, correspondendo à 13ª posição na produção científica global (mais de 190 países)”. [...] “Mais de 95% das publicações referem-se às universidades públicas, federais e estaduais” (MOURA, 2019, p. 01).

Isso nos mostra o quão importante é o investimento em educação e em ensino público e de qualidade no Brasil.

(e) os gêneros das autorias dos artigos

Em relação ao gênero dos autores dos artigos estudado, temos o seguinte gráfico:

Gráfico 03. Gêneros dos autores dos artigos



Fonte própria (2022).

Como se verifica pelo gráfico acima, foi constatado uma predominância de mulheres autoras entre os artigos publicados relacionados a transexualidade e escola no período de 2010 a 2019, detendo 75% das emissões, ou seja, 6 publicações. No caso dos homens, na pesquisa relacionada, apenas 25%, logo 2 publicações, tiveram autoria por parte deles. Entre as autoras femininas, temos: Denise da Silva Braga (UniBH), Dayana Brunetto Carlin dos Santos (UFPR), Cristina Pazó (FDV), Jéssica Leite Serrano (UFP), Naomi Neri Santana (UEM) e Glauca do Carmo Xavier (IFMG). Entre os homens: José Miranda Oliveira Júnior (UESB) e Pablo Cardozo Rocon (UFES).

É possível inferir através desses dados que as mulheres são parte fundamental para a produção de ciência no Brasil. Segundo Albornoz et al. (2018), ao observarem as lacunas de gênero na produção científica ibero-americana, constataram que no 72% dos artigos científicos publicados do Brasil são de mulheres, superior até mesmo que todos os outros países que fazem parte da ibero-américa, como mostra:

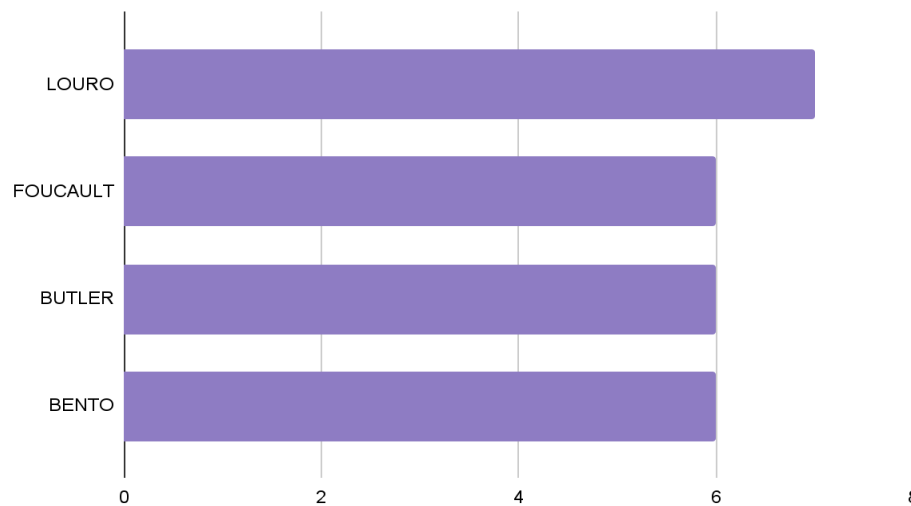
“Uma primeira análise da participação de homens e mulheres em artigos científicos mostra que o país com maior participação de mulheres autoras de artigos é o Brasil, onde 72% dos artigos de instituições brasileiras incluem pelo menos uma autora brasileira” (ALBORNOS et al. 2018, p. 12, tradução nossa).

Esse dado reflete diretamente no que está sendo dito neste trabalho, visto que dos 08 artigos estudados, 75% corresponde a mulher como autora principal.

(f) principais obras citadas como referência bibliográfica

Considerado de fundamental importância para saber de onde vieram algumas ideias e pensamentos presentes nos artigos publicados, temos o seguinte gráfico referente aos principais atores citados:

Gráfico 04. Principais autores citados nos artigos



Fonte própria (2022).

Em relação aos autores citados nos artigos previamente definidos, foi observado um quantitativo maior de citações dos quatro autores acima descritos, sendo identificado uma preferência a grandes escritores, como Judith Butler, Michael Foucault, Guacira Louro e Berenice Bento. Guacira Louro lidera o quantitativo de artigos a qual foi citada, estando presente em 7 dos 8 artigos estudados. Logo em seguida, aparecem Judith Butler, Michael Foucault e Berenice Bento, sendo amplamente citados em 6 desses 8 artigos.

Louro é citado por suas obras, entre elas: Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Rio de Janeiro: Vozes, 2014. O corpo educado:

pedagogias da sexualidade. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica. Teoria queer: uma política pós-identitária para a Educação. Revista Estudos Feministas, v. 9, n. 2, 2001.

Butler, amplamente citada nos artigos, agrega obras como: *Deshacer el género*. Barcelona: Paidós, 2006. *Desdiagnosticando o gênero*. Revista de saúde coletiva. Rio de Janeiro, n. 01, v. 19. 2009. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. 13. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

Foucault, é citado em obras como: *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 2000. *Os anormais*. São Paulo: Martins Fontes, 2001. *Vigiar e Punir: história da violência nas prisões*. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. *Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008. *Segurança, território e população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 41. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

Bento também teve papel fundamental para contextualização dos temas relacionados à sexualidade, tendo citações de publicações como: *A (re)invenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006. *O que é transexualidade*. São Paulo: Brasiliense, 2008. *Na escola se aprende que a diferença faz a diferença*. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 548-559, 2011. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. 2. ed. Rio de Janeiro: EDUFRRN, 2014.

CAPÍTULO III

Transexualidade e escola, direitos e narrativas

Este capítulo tem por objetivo verificar à luz da análise de conteúdo as principais categorias analíticas apresentadas pelos/as autores/as consoante a produção científica identificada no capítulo anterior (Capítulo I).

A partir da leitura sistemática do conteúdo dos artigos, três categorias foram elaboradas para análise: (1) construção social e histórico da transexualidade - abordando uma revisão sistemática de outros artigos e a parte histórica da transexualidade. (2) Questões de direitos e deveres do ser trans - abordando acesso e permanência de pessoas trans em escolas através de direitos fundamentais e leis para escola. (3) Narrativas de estudantes (trans) e professores relacionados à transexualidade - abordando vivências de alunas trans e de professores de alunas trans durante o período escolar.

Categoria (1) Construção social e histórico da transexualidade

Dos 08 artigos estudados, apenas 02 tinham relações diretas com esta categoria. o primeiro artigo, descrito por: Transexualidade E Educação Física: Uma Revisão Sistemática Em Periódicos Das Ciências Da Saúde, publicado no ano de 2017, traz consigo um resumo sobre transexualidade em periódicos do campo da saúde entre 2005-2015, organizado e discuto em categorias, entre elas o contexto histórico da transexualidade.

O segundo artigo, denominado: Transexualidade no Ensino Médio: desafios e possibilidades, publicado no ano de 2019, trás o entendimento de sexo e gênero ao longo da história e o papel do currículo escolar na inclusão de alunos trans, além de explicitar a necessidade da comunidade escolar se formar continuamente para acolher estudantes LGBTQIA+, com objetivo também de demonstrar como a transexualidade precisa ter mais visibilidade dentro da escola.

Para Serrano (2017), o estudo da transexualidade é vista principalmente em duas perspectivas de estudos, sendo elas a das ciências da saúde (no qual as pessoas transgêneros/transxuais são designadas como acometidas por patologia denominada disforia de gênero) e ciências sociais (relacionadas a questões

identifiárias). De acordo com a Resolução nº 1955/2010 do Conselho Federal de Medicina, é aquele que é “portador de desvio psicológico permanente de identidade sexual, com rejeição do fenótipo e tendência à automutilação e/ou autoextermínio”.

Apesar da diferença nas abordagens, há um consenso: a pessoa transexual está insatisfeita com algumas das suas condicionantes biológicas e busca alternativas para ser e o que é. Essa busca se estabelece em virtude da gramática normativa de gênero, que é fundada em uma matriz binária heterossexual.

Para Xavier,

"a pessoa trans é entendida como aquela cuja identidade de gênero se difere do sexo biológico designado no nascimento. Mas este trabalho compreende também que definições únicas e estanques sobre os corpos, a identidade sexual e os limites entre masculinidade e feminilidade não existem." (XAVIER, 2019, p. 82)

Nas observações históricas e sociais nos artigos sobre a transexualidade, foi observado que as cirurgias de transgenitalização ocorreram a partir do ano de 1920 apenas para pessoas intersexuais (antigamente denominadas hermafroditas) (SERRANO, 2017). Gaudenzi (2018) explica que:

A intersexualidade é um termo utilizado desde o século XX para o que se conhece no senso comum como hermafroditismo, isto é, a condição de indivíduos que nasceram com órgãos sexuais ambíguos. A linguagem biomédica marca tal condição como patológica, sendo compreendida como resultado de uma interação anormal dos fatores genéticos e hormonais ligados ao gênero no período pré-natal, e a denomina de distúrbio do desenvolvimento sexual (DDS). (GAUDENZI, 2018, p. 02).

Nesse sentido, e com objetivo de retirar essa visão de condição patológica, que os movimentos LGBTQIA+ optaram por renomear o termo hermafrodita para intersexual.

Para Xavier (2019), as sociedades estiveram sempre se marcando por concepções idealizadoras, tendo como padrão e norma o que mais se aproxima do branco, masculino e hétero. O distanciamento dessas normas é delimitado como algo periférico e excludente nas posições de poder.

Serrano também salientou através de (ARÁN, 2006; LIONÇO, 2009) em seu artigo que muitos estudos ligam o surgimento da transsexualidade através do sistema heteronormativo, que por muitos anos se estabeleceu através de discursos médicos, criando regras do que deveria ser considerado normal ou patológico, do que é descrito como masculino e feminino e do que é considerado saúde ou doença.

A diversidade de gênero e sexualidade, em especial a transexualidade, é até os dias atuais tratada como tabu e de forma problemática em todos os níveis da

esfera escolar. A presença de transexuais/transgênero na escola, seja como estudante ou como professor, é ainda vista como uma situação intrincada, dado que o preconceito da sociedade e a desaprovação continua de forma muito recorrente. Dessa forma, acaba sendo muito comum a exclusão e o abandono dessas pessoas nas instituições, o que gera uma infinidade de debates (XAVIER, 2019).

Categoria (2) Questões de direitos e deveres do ser trans: o corpo político

Dos 08 artigos estudados, 03 tinham relações diretas com esta categoria. O primeiro artigo, descrito por: A biopolítica educacional e o governo de corpos transexuais e travestis, publicado no ano de 2015, traz consigo os direitos fundamentais para alunos/as transgênero/travestis em escolas, como uso de nome social, uso de banheiro na escola de acordo com o seu gênero.

Já o segundo artigo, denominado por: A Transexualidade E O Direito Fundamental À Educação: Uma Análise Sobre A Responsabilidade Civil Das Instituições Privadas De Ensino, publicado no ano de 2015, aborda o conteúdo normativo necessário para aplicar a indenização proveniente da responsabilidade civil às instituições privadas de ensino quando esta ignorar as relações de gênero e causar danos aos alunos transexuais.

E por fim, o terceiro artigo publicado, denominado: Pessoas trans vão à escola: o desafio de habitar um espaço disciplinar, publicado no ano de 2018 fala sobre o acesso e permanência das pessoas trans na escola, como por exemplo conflitos ocorridos nos processos escolares entre normas de gênero e pessoas trans.

Para Berenice Bento:

O que a experiência transexual revela são traços estruturantes das verdades para gêneros, para as sexualidades e subjetividades. Nessa experiência, o que nos constitui é revelado com tons dramáticos que são analisados pelos protocolos médicos como enfermidades. A luta pela despatologização da transexualidade e a luta pela retirada do Código Internacional de Doenças de todas as classificações relacionadas ao gênero (travestilidades, fetichismos, transexualidade) é uma das pautas da contemporaneidade que unificam teóricas/os e ativistas em varias partes do mundo. (BENTO, 2009, p. 111).

O que isso nos mostra é a imensa necessidade de despatologização da transexualidade e a luta pela necessidade de retirar a transexualidade do CID (código Internacional de Doenças).

Em relação aos direitos à educação como direito fundamental e dever da família e do Estado, a Constituição Brasileira de 1988, em seu artigo 6º, esteve presente na tentativa de garantir isso. Nesse sentido, a Magna Carta estabelece, em seu art. 205, que, [...] a educação, direito de todos e dever do Estado, da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 2015).

Logo de início, o texto de Santos (2015) retrata que em 2008, com a realização da I Conferência Nacional LGBT, o movimento social de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais – LGBT – assumiu para si a demanda pela utilização do nome social nos registros escolares de travestis e transexuais. Sendo utilizado como justificativa que por apresentarem um nome civil em desacordo com o gênero e a aparência de seus corpos, tais indivíduos não tiveram as mesmas condições de frequentar a escola e adquirir a formação mínima exigida pelo mercado de trabalho formal.

No que se diz à direitos adquiridos a pessoas trans, o artigo de Santos (2015) traz a Resolução n. 12 publicada no Diário Oficial da União de 12 de março de 2015, elaborada pelo Conselho Nacional de Combate a Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – CNCD LGBT –, espaço institucional ligado à Secretaria de Direitos Humanos – SDH –, da Presidência da República, composto por ativistas do movimento social LGBTQIA+ e por profissionais do governo federal, apresenta posicionamentos e orientações explícitas sobre questões importantes, direcionadas a todos os níveis e modalidades de ensino. Tais como: a ampliação do público ao qual está relacionada; o uso do banheiro escolar de acordo com a “identidade de gênero”; a forma de utilização do nome social nas escolas e o reconhecimento da “identidade de gênero” de pessoas trans menores de 18 anos.

Já no âmbito escolar, na tentativa de garantir os direitos a trans em escola particulares no Brasil, Pozó (2015) justifica que o artigo 8º do Código de Defesa do Consumidor determinou que o fornecedor (nesse caso, a escola) possui o dever fundamental de segurança, por isso, quando o fornecedor lança no mercado um

produto ou serviço com defeito, comete um ato ilícito por descumprir tal dever e, conseqüentemente, possui o dever de indenizar. Nesse sentido, a partir do momento que um aluno transexual/transgênero é acometido por algum tipo de insegurança, seja ela transfobia ou não, a escola também se torna responsável. Pazó também escreve,

“o artigo 12 do Código do Consumidor determina que não há a necessidade de se provar a culpa, apenas o dano e o nexo causal, e com isso o código inverteu o ônus da prova, pois o fornecedor é que deve provar se houve alguma dos excludentes de responsabilidade, quais sejam, ausência de nexo causal ou culpa exclusiva da vítima. Desse modo, percebe-se que a responsabilidade para as relações de consumo sempre será objetiva” (PAZÓ, 2015, p. 252).

Com isso, o fornecedor que deve provar o ato ilícito, neste caso citado, transfobia.

Elevando o debate a temas de agressividade e dando um adendo ao que se está sendo discutindo, recentemente, mais precisamente no dia 05 de abril de 2022, A 6ª turma do STJ decidiu que a Lei Maria da Penha pode ser aplicada para proteção de mulheres transexuais. A decisão vale somente para o caso julgado, mas pode abrir precedente para ser aplicada aos demais casos que estão em tramitação no Judiciário em todo o país. Segundo os juízes do STJ (Supremo Tribunal de Justiça), durante transmissão extraordinária, diz: “A própria realidade brutal vivenciada pelas mulheres trans nos permite identificar traços comuns com a violência praticada contra as mulheres cis gênero. Porque revela que os atos violentos possuem a mesma origem: a discriminação de gênero”.

Categoria (3) Narrativas de estudantes (trans) e professores relacionados à transexualidade

Dos artigos estudados, três tinham relações diretas com esta categoria. O primeiro artigo, descrito por: A Experiência Transexual: Estigma, Estereótipo e Desqualificação Social no Intramuros da Escola, publicado no ano 2012, traz a discussão sobre transexualidade, evidenciando que os sujeitos transexuais produzem suas próprias histórias, sendo um relato de mulheres trans.

Já o segundo artigo caracterizado para esta categoria recebe o título de: Escola e diversidade sexual: narrativa sobre identidade de gênero. Publicado no ano de 2018, traz consigo a narrativa de uma estudante transexual sobre temáticas de gênero na escola através do contexto pedagógico. Percebendo sob a ótica dos estudantes se as práticas pedagógicas para diversidade sexual de fato existem e como são efetivadas e compreendendo as vivências e convivências no ambiente escolar de estudantes trans.

Por último, o terceiro artigo pertencente a este grupo recebe o título de: Os trans são vistos na escola?, publicado no ano de 2016, traz consigo a percepção de transexualidade em professores de biologia em escolas públicas do Paraná.

No artigo de Braga (2012) no qual ela traz narrativas de sujeitos transexuais, a mesma busca problematizar os processos de silenciamento, invisibilização e subalternização a que são submetidas por estarem identificadas como “diferentes” e discutir a deslegitimação dos seus “corpos estranhos”.

Para Braga (2012),

As falas das entrevistadas revelam um sentimento de inadequação, de estarem “fora” da sociedade, de serem identificadas por uma sexualidade “contra a natureza” e, como tal, justifica (até mesmo para si) as discriminações sofridas. [...] Desconstruir os gêneros tal qual uma totalidade unificada implica em rever os conceitos de masculinidade e de feminilidade, repensar a própria ideia de sexualidade que prevaleceu por muito tempo como derivada da combinação binária dos gêneros e as sexualidades não-normativas como uma deformação que altera a “essência” do humano, promovendo que os sujeitos se identifiquem sexualmente com o “papel” do outro gênero. Ou, da forma que expressa uma das entrevistadas, situam-se em um espaço ainda não existente porque não podem ser traduzidas na linguagem: “Eu era uma coisa que eu não sabia nomear”. [...] Na condição das três entrevistadas, encontram-se também outros sujeitos que, para escapar da marginalidade e da exclusão, são levados a despojar-se de si por meio de um processo disciplinador, geralmente condicionado à alienação do desejo e das identificações pessoais. Muitas vezes, para escapar dos efeitos da sua “estranheza” nos espaços sociais comuns, esses sujeitos acionam estratégias de apagamento da diferença, adequando-se ou simulando a normalidade vigente, movimentando-se de acordo com os códigos aceitos e legitimados na/da sociedade em questão: a primeira entrevistada usava um terno, a segunda era sempre boazinha e prestativa, e a terceira aprendeu a ficar calada. (BRAGA, 2012, p. 17-19 e 23).

Isso nos mostra que essas pessoas precisam ser vistas e tratadas com respeito e que ter contato com suas narrativas mostram a urgência na necessidade de indagar as representações aceitas que frequentemente habitam o interior da escola e possibilitar inscrições de novos/outros modos de vida nos contextos escolares e nos demais espaços sociais comuns.

No texto de Júnior (2015) no qual traz narrativas de uma estudante transexual, busca discutir questões de gênero e diversidade no ambiente de ensino. Durante todo seu período escolar, alunos LGBTQIA+ compartilham de um sentimento em conjunto e que de certa forma pode até parecer natural, pois todos eles passam por uma mesma terrível e assombrosa experiência de deslocamento do contexto escolar. Segundo Júnior, em seu artigo ele conseguiu concluir que a transexualidade experimenta o não-lugar na instituição de ensino, tendo em vista que:

“ao inverter uma lógica normativa heterossexual cisgênera, mais do que o entendimento da sua sexualidade, a pessoa trans busca o respeito à sua identidade de gênero e essa ação circunda desde o direito ao uso do nome social até a utilização de um banheiro. Fica claro, a todo o momento, que o ambiente escolar ainda caminha a passos vagarosos para com o respeito e, principalmente, o entendimento da questão da diversidade sexual e toda a gama de identidades que o conceito carrega dentro de si. [...] A escola é o local onde os saberes formais são efetivados, mas é terminantemente visível que todas as condições morais também acontecem e entre elas a manifestação da sexualidade e das inúmeras identidades de gênero. Formar profissionais que respeitem a diversidade humana, e nesse quesito se inclui a diversidade sexual dentro das particularidades de cada um, é papel predominante para o bem comum de uma sociedade.” (JUNIOR, 2015, p. 661).

Nos mostrando a importância e a necessidade de formar profissionais capacitados para lidar com a diversidade humana. É evidente também a forma com que o ambiente escolar lida com diversidade sexual e sobre temáticas LGBTQIA+ no geral, onde que escolas não veem como interessante trazer para dentro de sala de aula tais temáticas, acarretando em um distanciamento dessas pessoas.

Para finalizar, no último artigo denominado: As/os trans são vistos na escola? traz consigo narrativas de professores de biologia referentes ao assunto transexualidade. Santana (2016) conseguiu constatar que esses docentes entendem que pessoas trans com suas vinculações emocionais, afetivas ou de autoconhecimento são descritas como desvio desvio das normas. Também foi possível evidenciar que quanto às dificuldades encontradas pelos entrevistados sobre a temática das pessoas trans no espaço escolar, acabam responsabilizando estas pessoas ou a equipe pedagógica da escola, bem como outros/as estudantes ou a comunidade externa, pela violência que sofrem.

Considerações Finais

Foi possível concluir através da análise de perfil acadêmico dos autores estudados que em sua grande maioria, esses estudos vieram de instituições públicas de ensino. Foi possível observar que 75% das autoras dos artigos são do gênero feminino. Em relação aos principais autores citados, foram encontrados: Judith Butler, Michael Foucault, Guacira Louro e Berenice Bento.

Segundo a revisão realizada pelo presente estudo, a transexualidade foi por muitos anos e ainda é considerada uma doença, sendo vista de forma patológica e pejorativa por muitos. Em relação a transexuais na escola, as instituições no geral ainda não estão preparadas para receber esse público, pois pouco se falou e discutido dentro dos ambientes escolares, deixando a transexualidade e o estudo de identidade de gênero como algo distante e sem a necessidade de diálogo.

Portanto, a diversidade sexual e de gênero deve ser vista como algo a ser abordado dentro das instituições de ensino, independente de idade e considerando as diferenças provenientes de cada região.

Referências Bibliográficas

ALBORNOZ, Mario et al. "Las brechas de género en la producción científica Iberoamericana". *Papeles del Observatorio* N° 09. (2018). Acesso em: 19 mar. 2021

TEIXEIRA, Anísio. *Educação não é privilégio*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1957.

ARÁN, Márcia. A transexualidade e a gramática normativa do sistema sexo-gênero. *Ágora*, v. 9, n. 1, p. 49-63, jan./jun. 2006. Acesso em: 30 jan. 2022

BENTO, Berenice. A diferença que faz a diferença: corpo e subjetividade na transexualidade. Versão do capítulo Corpo e Subjetividade. Publicado no livro A (re)invenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual (BENTO, 2006). *Bagoas*. n. 04. 2009. p. 95-112. Acesso em: 12 fev. 2022.

BENTO, Berenice. DESPATOLOGIZAÇÃO DO GÊNERO: A POLITIZAÇÃO D A POLITIZAÇÃO DAS IDENTIDADES ABJETAS. *Florianópolis: Estudos Feministas* 20(2): 569-581, 2012. Acesso em: 02 mar. 2022

BENTO, Berenice. O que é transexualidade? São Paulo: Brasiliense, 2008. (Primeiros Passos, n. 328). Acesso em: 18 fev. 2022

BRAGA, Denise Da Silva. "A Experiência Transexual: Estigma, Estereótipo E Desqualificação Social No Intramuros Da Escola." *Periferia (Duque De Caxias)* 4.1 (2012): *Periferia (Duque De Caxias)*, 2012-06-26, Vol.4. Web.Acesso em: 21 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria n.º 1.707, de 18 de agosto de 2008. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), o Processo Transexualizador, a ser implantado nas unidades federadas, respeitadas as competências das três esferas de gestão. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 18 ago. 2008*. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2008/prt1707_18_08_2008.html. Acesso em: 17 jan. 2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Combate a Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – CNCD, LGBT. Resolução n. 12, de 16 de janeiro de 2015. *Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 mar. 2015*. Seção 1, p. 3. Acesso em: 17 jan. 2022.

BRASIL. http://www.mpf.mp.br/pgr/documentos/copy_of_RESP1977124LMPmedidaprotetivatansexualP.pdf Parecer n° 167/2022 – MNG/PGR RECURSO ESPECIAL n° 1977124/SP (2021/0391811-0) Recorrente: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO Recorrido: L A DA S F Relator: Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ – SEXTA TURMA. Acesso em: 20 abr. 2022.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de outubro de 1989. Acesso em: 18 dez. 2021.

BRASIL. Lei 8.078 de 11 de setembro de 1990: Código de Defesa do Consumidor. Acesso em: 02 dez. 2021.

BUFREM, Leilah S.; PRATES, Yara. O saber científico registrado e as práticas de mensuração da informação. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 34, n. 2, p. 9-25, maio/ago. 2005. Acesso em: 20 nov. 2021.

BUTLER, Judith. *Cuerpos que importan. Sobre los límites materiales y discursivos del “sexo”*. Buenos Aires: Paidós, 2006. Acesso em: 15 fev. 2021.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Acesso em: 15 fev. 2021.

CARDOSO, F.; FERRARI, A. Apresentação do dossiê: Gêneros e sexualidades: desafios e potencialidade para a educação em tempos de conservadorismo. *Revista Ártemis*, [S. l.], v. 22, n. 1, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/artemis/article/view/32137>. Acesso em: 15 fev. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. Resolução nº 1995/2010. Brasília, DF, 12 de jan. de 2010. Disponível em: http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/CFM/2010/1955_2010.htm Acesso em 02 de mai. de 2021.

GAUDENZI, Paula Intersexualidade: entre saberes e intervenções. *Cadernos de Saúde Pública* [online]. 2018, v. 34, n. 1 [Acessado 6 Abril 2022], e00000217. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00000217>. Epub 05 Fev 2018. ISSN 1678-4464. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00000217>. Acesso em 02 de dez. de 2021.

LIONÇO, Tatiana. Atenção integral à saúde e diversidade sexual no processo transexualizador do SUS: avanços, impasses, desafios. *Physis*, v. 19, n.1, p. 43-63, 2009. Acesso em: 12 abr. 2021.

MOURA, M., “Universidades públicas respondem por mais de 95% da produção científica do Brasil”. Blog, Política, Científica e Tecnológica, Reportagens e Artigos. (2019). Web. Acesso em: 30 abr. 2021.

OLIVEIRA JÚNIOR, J. M.; MOREIRA, N. R.; CRUSOÉ, N. M. de C. Escola e diversidade sexual: Narrativa sobre identidade de gênero. *Linhas Críticas*, [S. l.], v. 23, n. 52, 2018. DOI: 10.26512/lc.v23i52.19655. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/19655>. Acesso em: 19 abr. 2022.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. 23ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999

PAZÓ, Cristina; SALLES, Geiziele; ZAGANELLI, Juliana. A TRANSEXUALIDADE E O DIREITO FUNDAMENTAL À EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE SOBRE A RESPONSABILIDADE CIVIL DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS DE ENSINO. *Revista de Direito Brasileira*, [S.l.], v. 11, n. 5, p. 239-258, ago. 2015. ISSN 2358-1352. Disponível em: <<https://www.indexlaw.org/index.php/rdb/article/view/2896>>. Acesso em: 02 abr. 2021.
doi:<http://dx.doi.org/10.26668/IndexLawJournals/2358-1352/2015.v11i5.2896>. Acesso em: 28 abr. 2021.

Pereira, Jéssica de Moura, Almeida, Dulce Maria Filgueira de e Silveira, Raquel da Análise da produção científica sobre gênero na Educação Física brasileira entre os anos de 2013 e 2018: uma perspectiva Cientométrica. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte* [online]. 2021, v. 43 e006921. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/rbce.43.e006921>>. Acesso em: 19 mar. 2022

ROCON, P. C.; RODRIGUES, A.; BARROS, M. E. B. de. Pessoas trans vão à escola: o desafio de habitar um espaço disciplinar / Trans people who attend school: the challenge of living in a disciplinary space. *Argumentum*, [S. l.], v. 10, n. 3, p. 272–285, 2018. DOI: 10.18315/argumentum.v10i3.18736. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/18736>. Acesso em: 19 out. 2021

SANTANA, N. N.; POLIZEL, A. L.; MAIO, E. R. As/os trans são vistas/os na escola?. *Revista Ártemis*, [S. l.], v. 22, n. 1, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/artemis/article/view/28382>. Acesso em: 15 fev. 2022.

Santos, Dayana Brunetto Carlin Dos. "A Biopolítica Educacional E O Governo De Corpos Transexuais E Travestis." *Cadernos De Pesquisa* (Fundação Carlos Chagas) 45.157 (2015): 630-51. Web. Acesso em: 30 nov. 2021.

SERRANO, J. L.; CAMINHA, I. de O.; GOMES, I. S. TRANSEXUALIDADE E EDUCAÇÃO FÍSICA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA EM PERIÓDICOS DAS CIÊNCIAS DA SAÚDE. *Movimento*, [S. l.], v. 23, n. 3, p. 1119–1132, 2017. DOI: 10.22456/1982-8918.64857. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/64857>. Acesso em: 12 abr. 2021.

SIMPSON, Keila. “Transexualidade e travestilidade na Saúde”. *Transexualidade e travestilidade na saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. – Brasília : Ministério da Saúde. (2015). Acesso em: 25 abr. 2022.*

TGEU/2021 – TMM. “TVT TMM UPDATE • TRANS DAY OF REMEMBRANCE 2021”. Disponível em: <https://transrespect.org/en/tmm-update-tdor-2021/>

XAVIER, G. do C. Transexualidade no Ensino Médio: desafios e possibilidades. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 79–95, 2019. DOI: 10.9771/cgd.v5i1.31931. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/31931>. Acesso em: 15 mar. 2021.

